

A "ARQUITECTURA DA ELECTRICIDADE" EM PORTUGAL (1906-1911)

António Maria A. Santos*

A "Central Tejo" em Lisboa e a "Central do Ouro" no Porto. Projectos técnicos e intervenções arquitectónicas.

A unidade produtora de energia a vapor tinha, desde finais do séc.XVIII, revolucionado a construção fabril, questionando os dados de análise arquitectónica herdados da tradição clássica, desde a concepção do projecto e da natureza da intervenção dos seus autores (com a separação entre o "técnico" e o "artístico") até à sua execução (aplicando novas técnicas construtivas). Ainda assim, os programas arquitectónicos decorrentes da mecanização produtiva, domínio privilegiado do engenheiro, mantiveram-se alheios, durante quase todo o período oitocentista, a um modelo que consubstanciasse o direito da indústria "à arquitectura", entendida esta a partir de uma perspectiva global e planificada da actividade artística na sua integral operacionalidade.

A arquitectura industrial ficaria longo tempo, presa a regras e valores dissociados das suas potenciais qualidades expressivas, remetida a uma imagem depreciada, apesar do seu crescente domínio sobre a paisagem urbana, e, depreciativa para a classe profissional dos arquitectos, ainda que influentes racionalistas, como Viollet-le-Duc, proclamassem a necessidade de a "arte moderna" exprimir a força do vapor e da electricidade, do mesmo modo que as sociedades clássicas souberam representar as ideias de beleza ou do amor (FIBLEC, 1991: 38).

De facto, seria, sobretudo, de modo referencial e directo, através de uma "arquitectura da electricidade", ainda associada ao vapor como aconteceu nas primeiras unidades térmicas para produção dessa nova energia, que a

* *Historiador de Arte. Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial.*

construção industrial ganharia estatuto próprio. Recolhendo, por um lado, a longa experiência do pragmatismo empresarial e técnico, e, por outro lado, a premente obrigação de intervir activamente na cidade, dando sentido ao conjunto e a cada uma das suas componentes arquitectónicas, das quais as unidades fabris, pela sua intrínseca complexidade, extensão e volumetria, adquiriam especial importância, abrindo caminho à exteriorização dos valores da Modernidade. As próprias características inerentes ao equipamento da nova cidade, edifícios onde a electricidade era produzida, armazenada e distribuída, tornando-se os centros nevrálgicos e topográficos de uma nova rede de relações no espaço urbano, sugerem a conceptualização que a racionalidade de um novo modelo impunha.

Em Portugal, apesar das pioneiras experiências iniciadas em 1878 e desenvolvidas nos anos 80 (SIMÕES, 1977; SANTOS, 1996: 367-376), a instalação de redes eléctricas, em alternativa ao gás, tiveram como objectivo inicial e exclusivo a iluminação pública, em áreas urbanas muito restritas. Tardiamente, surgiria a premência do abastecimento privado, impulsionador do grande consumo industrial e do alargamento urbano, que veio impor a necessidade de uma ou várias centrais geradoras da nova energia. Na capital, depois da pequena estação produtora da Avenida da Liberdade (1888), só em 1901 se definiria um verdadeiro programa de electrificação da cidade (que desde 1891 previa a distribuição a particulares), apenas implementado, em extensão e de forma completa, a partir de 1907 (altura em que se inicia o consumo privado). Para que fosse possível esse salto qualitativo e quantitativo, tornou-se imprescindível instalar uma nova central (construída em 1901-02), numa solução ainda assim provisória, aproveitando a área disponível da Fábrica de Gás da Boavista.

Urgia encontrar uma solução definitiva e urgente para o problema da central produtora de energia, que não se limitasse à imposição camarária, de se situar *"consideravelmente afastada dos centros mais populosos"* (MARIANO, 1993:159) para evitar o problema do excessivo ruído, mas cuja localização cingisse um conjunto de condições técnicas, arquitectónicas e urbanísticas, que a estação da Boavista estava longe de preencher. Importava acercar mais as instalações do rio, servindo-as dos meios portuários indispensáveis para a acostagem e descarga do carvão, tal como se revelavam essenciais as possibilidades de virtual expansão da unidade termoeléctrica e de proximidade aos principais pólos industriais citadinos, potenciais clientes privados cuja captação já tinha sido, vantajosamente, privilegiada, ao inserir a central em pleno *"coração"* do bairro *"metalúrgico"* da Boavista.

A "Central Tejo" na Junqueira – Programa técnico e projecto arquitectónico

Todas as condições estavam satisfatoriamente preenchidas, quando as "Companhias Reunidas de Gás e Electricidade" resolveram adquirir à "Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses", em 24 de Janeiro

